

# Relações de poder na escola

Maurício Tragtenberg\*

**P**rofessores, alunos, funcionários, diretores, orientadores. As relações entre todos estes personagens no espaço da escola reproduzem, em escala menor, a rede de relações de poder que existe na sociedade.

Isso não é novidade. O que interessa é conhecer como essas relações se processam e qual é o pano de fundo de idéias e conceitos que permitem que elas se realizem de fato. A nós interessa analisar a escola através de seu poder disciplinador. Como dizia o pensador francês Michel Foucault, a escola é o espaço onde o *poder* disciplinar produz *saber*.

Essa situação surgiu no século XIX com a *instituição disciplinar* que consiste na utilização de métodos que permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão através dos exercícios de utilização do tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. Tudo isso para impor uma relação de docilidade e utilidade.

Na escola, ser observado, olhado, contado detalhadamente é um meio de controle, de dominação, um método para documentar indi-

vidualidades. A criação desse campo documentário permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber e, logicamente, um novo tipo de poder emergiu sobre os corpos.

Os efeitos do poder se multiplicam na rede escolar devido à cada vez maior acumulação de novos conhecimentos adquiridos a partir da entrada dos indivíduos no campo do saber. Conhecer a alma, a individualidade, a consciência e o comportamento dos alunos é que tornou possível a existência da psicologia da criança e a psicopedagogia.

As áreas do saber se formam a partir de *práticas* políticas disciplinares, fundadas em *vigilância*. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre os alunos, através de boletins individuais de avaliação (ou uniformes-modelo, por exemplo), perceber aptidões, estabelecendo classificações rigorosas.

A prática de ensino, em sua essência, reduz-se à *vigilância*. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o aluno a ser aplicado, é essencial que o aluno, como o *detento*, saiba que é vigiado. Porém há um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sempre sê-lo.

As normas pedagógicas têm o poder de marcar, salientar os des-

\* Maurício Tragtenberg é professor da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP.

vios, reforçando a imagem de alunos tidos como “problemáticos”, estigmatizados como “o negrão”, o “índio”, o “maloqueiro” ou o morador da “favela”. A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries, graus, salienta as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com a “retenção” ou a “exclusão”.

---

### *Um aparelho para o controle de todos*

---

A escola se constitui num centro de discriminação, reforçando tendências que existem no “mundo de fora”. O modelo pedagógico instituído permite efetuar *vigilância* constante. As punições escolares não objetivam acabar ou “recuperar” os infratores, mas “marcá-los” com um estigma, diferenciando-os dos “normais”, confiando-os a grupos restritos que personificam a desordem, a loucura ou o crime.

Dessa forma a escola se constitui num observatório político, um aparelho que permite o conhecimento e controle perpétuo de sua população através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos.

É a estrutura escolar que legitima o poder de punir, que passa a ser visto como natural. Ela faz com que as pessoas aceitem tal situação. É dentro dessa estrutura que se relacionam os professores, os funcionários técnicos e administrativos e o

diretor.

É necessário situar, ainda, que a presença obrigatória do “Diário de Classe”, nas mãos do professor, marcando *ausências e presenças* nuns casos, atribuindo “meia falta” ao aluno que atrasou uns minutos ou saiu mais cedo da aula, é a técnica de controle pedagógico burocrático por excelência herdada do *presídio*. Esse professor é visto como encarregado de uma “missão educativa” por uns; como “tira” e “cão de guarda” da classe dominante por outros, “contestador e crítico” por muitos.

Não há dúvida de que a escola, em qualquer sociedade, tende a renovar-se e ampliar seu âmbito de ação, reproduzir as condições de existência social formando pessoas aptas a ocuparem os lugares que a estrutura social oferece. Com a religião e o esporte, a educação pode se constituir num instrumento do poder e, nessa medida, o professor é o instrumento da reprodução das *desigualdades* sociais em nível escolar.

No seu processo de trabalho, o professor é submetido a uma situação idêntica à do proletário, na medida em que a classe dominante procura associar educação ao trabalho, acentuando a responsabilidade nacional do professor e de seu papel como guardião do sistema. Nesse processo, o professor contratado ou precário (sem contrato e sem estabilidade) — mais de 85 mil só no Estado de São Paulo — substitui o efetivo ou estável, conforme as determinações do mercado, colocando-o numa situação idêntica à do proletário.

O professor é submetido a uma

hierarquia administrativa e pedagógica que o controla. Ele mesmo, quando demonstra qualidades excepcionais, é absorvido pela burocracia educacional para realizar a política do Estado, portanto, da classe dominante em matéria de educação. Fortalecem-se os célebres “órgãos” das Secretarias de Educação em detrimento do maior *enfraquecimento* da unidade escolar básica.

Na unidade escolar básica é o professor que julga o aluno mediante a nota, participa dos Conselhos de Classe onde o destino do aluno é julgado, define o Programa de Curso nos limites prescritos e prepara o sistema de *provas* ou *exames*. Para cumprir essa função ele é inspecionado, é pago por esse papel de instrumento de reprodução e exclusão.

E nas escolas particulares de classe alta, ao ultrapassar a entrada do colégio, o professor perde seus direitos em função das normas impostas e do papel a desempenhar. Mestres e alunos submetem-se a esse inconsciente coletivo transmitido por herança cultural: um “respeitável” professor não fala de sua vivência pessoal por temer ser considerado medíocre. O aluno, por sua vez, espera do professor certo tipo de comportamento, seu desprezo ou sua admiração.

A própria disposição das carteiras na sala de aula reproduz relações de poder: o estrado que o professor utiliza *acima* dos ouvintes, estes sentados em cadeiras linearmente definidas próximas a uma linha de montagem industrial, configura a relação “saber/poder” e

“dominante/dominado”.

O professor subordina-se às autoridades *superiores*, essa submissão leva-o a acentuar uma dominação *compensadora*. Delegado dessa ordem hierárquica junto aos estudantes, ele é o símbolo vivo dessa dominação, o instrumento da submissão. Seu papel é impor a *obediência*. Na relação do professor com a classe, encontram-se dois adolescentes: o adolescente aluno, a quem ele deve educar, e o adolescente *reprimido*, que carrega consigo.

---

### O que prova a prova?

---

O poder professoral manifesta-se através do sistema de *provas* ou *exames*, onde ele pretende *avaliar* o aluno. Na realidade, está *selecionando*, pois uma avaliação de uma classe pressupõe um contato diário demorado com ela, prática impossível no atual sistema de ensino.

A *disciplinação* do aluno tem no sistema de exame um excelente instrumento, a pretexto de *avaliar* o sistema de exames. Assim, a avaliação deixa de ser um instrumento e torna-se um fim em si mesma. O *fim*, que deveria ser a produção e transmissão de conhecimentos, acaba sendo esquecido. O aluno submete-se aos exames e provas. O que prova a prova? Prova que o aluno sabe como fazê-la, não prova seu saber.

O fato é que, na relação professor/aluno, enfrentam-se dois tipos de saber, o saber do professor *incabado* e a ignorância do aluno *rela-*

*tiva*. Não há saber absoluto nem ignorância absoluta. No fundo, os exames *dissimulam*, na escola, a eliminação dos pobres que se dá *sem* exame. Muitos deles não chegam a fazê-lo, são excluídos pelo aparelho escolar muito cedo, veja-se o nível de evasão escolar na 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau e nas últimas séries do 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus.

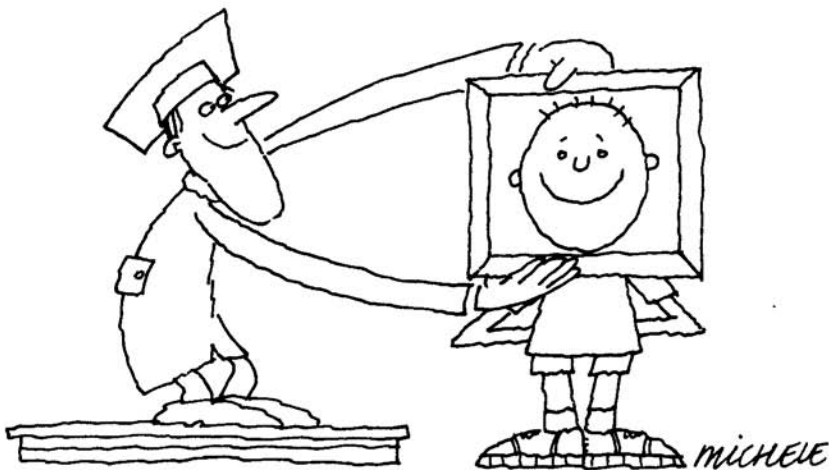
O exame permite a passagem de conhecimentos do professor ao aluno e a retirada de um saber do aluno destinado ao mestre. O exame está ligado a um certo tipo de formação de saber e a um certo tipo de exercício de poder. O exame permite também a formação de um sistema comparativo que dá lugar à descrição de grupos, caracterização de fatos coletivos, estimativa de *desvios* dos indivíduos entre si.

Qualquer escola se estrutura em função de uma *quantidade* de saber, medida em doses, administrada homeopaticamente. Os exames sancionam uma apropriação do conhecimento, um *mau* desempenho oca-

sional, um certo *retardo* que *prova* a *incapacidade* do aluno em apropriar-se do saber. Em face de um saber imobilizado, como nas Tábuas da Lei, só há espaço para *humildade* e *mortificação*. Na penitência religiosa só o trabalho salva, é redentor, portanto, o trabalho pedagógico só pode ser sadomasoquista.

Não é por acaso que existe relação entre a estrutura simbólica da religião com a escolar. Elas reforçam a estrutura simbólica pela qual se realiza a estrutura de classe. A mesma relação de indignidade existente entre o pecador e a religião é a existente entre os alunos e o saber. O aluno é visto como se tivesse uma essência inferior à do mestre, como o homem o é ante a figura de Deus.

O trabalho mortificante no plano pedagógico — a ansiedade em saber se foi aprovado ou reprovado no exame — é a via da redenção, a expiação da indignidade. É o único caminho para atingir o Templo do Saber, da Graça e da Riqueza.



Para não desencorajar os mais *fracos* de vontade surgem os métodos *ativos* em educação. A dinâmica de grupo aplicada à educação alienou-se quando colocou em primeiro plano o *grupo* em detrimento da *formação*. A utilização do pequeno grupo como técnica de formação deve ser vista como uma possibilidade entre outras. Tal técnica não questiona radicalmente a essência da pedagogia educacional. O fato é que os *grupos* acham-se diante de um *monitor*; aqueles caracterizam o *não saber* e este representa o *saber*.

---

### *Agente de reprodução social*

---

Ao invés de colocar como tarefa pedagógica *dar um curso* e o aluno *recebê-lo*, por que não colocar em outros termos: *em que medida o saber acumulado e formulado pelo professor tem chance de tornar-se o saber do aluno?*

Vistos *estaticamente* a escola e o professor, ele aparece como guardião de um saber estratificado, como o *sacerdote* das *salvaguardas* educacionais, como o *gerente* de sua distribuição, como o *profeta* da necessidade do trabalho e do mérito vinculado a um esforço redentor, finalmente, da vontade que tudo salva.

Porém, há o outro lado da moeda. O professor é agente de reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e de crítica pro-

fessoral dependem mais do movimento social e sua dinâmica, que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares.

Em períodos de mudança social, o professor enquanto assalariado ou funcionário do Estado se organiza contra a deterioração de suas condições de trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva.

É o que se dá com o operário. Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculado da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil.

Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral.

A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas de organização horizontais onde professores, alunos e funcionários formem uma comunidade *real*. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais e derrotas, também. Mas, sem dúvida, a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação — incluindo os alunos — é a condição de democratização escolar.

Sem escola democrática não há regime democrático, portanto a democratização da escola é fundamental e urgente, pois ela forma o *homem*, o futuro cidadão. ★